



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7980

**Presidente da Mesa Diretora:** Athos Mameluque Mota

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Plano Plurianual

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 06/10/2009

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 127/2009. (ALTERADA). Dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo do Município de Montes Claros para o período de 2010 a 2013. (Referente à Lei nº 4.176, de 08/12/2009, que foi posteriormente alterada/revisada pelas Lei nº 4.496, de 04/04/2012 e nº 4.500, de 12/04/2012 - ver flashes 7944 e 7981).

**Controle Interno – Caixa:** 20

**Posição:** 06

**Número de folhas:** 09

---

Espécie: Pl  
Categoria: Plano Plurianual  
X: 20  
Ordem: 06  
Nº fls: 07



116/2009

01.12.2009

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJTO DE LEI Nº 127/2009

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo do Município de Montes Claros para o Período de 2010 a 2013..

### MOVIMENTO

Entrada em 06/10/2009

Comissão de Finanças Orçamento e Tomada de Contas.

1 -

2 -

3 -

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -

APROVADO em REGIME DE URGÊNCIA  
em 01.12.2009.



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP: 39.401-002

**PROJETO DE LEI Nº 127**  
**DE 29 DE SETEMBRO DE 2009**

**DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS  
PARA O PERÍODO DE 2010 A 2013.**

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído o Plano Plurianual do Município de Montes Claros para o período de 2010 a 2013, em cumprimento ao disposto no art. 165 § 1º da Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, observadas as seguintes diretrizes básicas de ação do Governo Municipal:

I - dotar a administração pública municipal das condições necessárias à coordenação e ao gerenciamento do processo de desenvolvimento local;

II - garantir uma educação de qualidade aos alunos da Educação Básica da rede pública Municipal de Ensino;

III - garantir o direito ao acesso aos serviços básicos de saúde à população do município;

IV - promover a expansão da oferta de infra-estrutura e serviços urbanos básicos como suporte ao desenvolvimento das atividades econômicas e sociais;

V - realizar ações estruturantes e de apoio aos serviços de desenvolvimento e assistência social do Município;

VI - garantir o direito ao acesso à moradia e promover a urbanização e a humanização de áreas especiais;

VII - incentivar e apoiar as práticas esportivas e de lazer do município;

VIII - incentivar e apoiar programas e ações voltadas para a promoção da juventude;

IX - promover a educação ambiental e a conscientização quanto a importância e preservação do meio ambiente;

X - fomentar e apoiar programas e ações voltados para o desenvolvimento da produção e distribuição dos produtos agropecuários;

XI - apoiar e promover as atividades artísticas e culturais.

**Art. 2º** – Fica o Poder Executivo autorizado a introduzir modificações no presente plano plurianual, no que referir aos objetivos, às ações e às metas programadas para o período abrangido, nos casos de:





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

**Gabinete do Prefeito**

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP: 39.401-002

- I - alterações de indicadores de programas;
- II - inclusão, exclusão ou alterações de ações e respectivas metas, exclusivamente nos casos em que tais modificações não envolvam aumento nos recursos orçamentários.

**Art. 3º** - Na elaboração das propostas orçamentárias anuais serão reajustadas as importâncias consignadas aos projetos e atividades de duração continuada, podendo os mesmos, em consequência de alterações dos recursos, serem criados e ou suprimidos ou reformulados.

**Art. 4º** - Integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I - Anexo I - Descrições / Identificações dos Programas;
- II - Anexo II - Demonstrativos dos Programas e Ações;
- III - Anexo III - Classificação dos programas por funções e sub-funções de governo.

**Art. 5º** – Esta Lei vigorará durante os exercícios de 2010 a 2013.

**Art. 6º** – Revogam-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 29 de setembro de 2009.

  
**Luiz Tadeu Leite**  
**Prefeito Municipal**





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE *FINANÇAS ORÇAMEN-  
TO* TOMADA CONTA  
EM *06* DE *OUTUBRO* DE 20 *09*  
*K. J. R.*  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM *DISCUSSÃO* POR  
*RÉGIME DE URGÊNCIA*  
EM *01* DE *DEZEMBRO* DE 20 *09*  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP: 39.401-002

Montes Claros (MG), 29 de setembro de 2009.

Exmo. Sr.

Vereador Athos Mameluque Mota

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 278 /2009

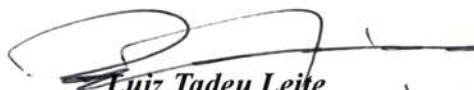
Assunto: encaminhamento de projeto de lei (PPA).

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa egrégia Câmara Municipal, o anexo projeto de lei que contém o PLANO PLURIANUAL DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS PARA O PERÍODO DE 2010 A 2013, em cumprimento às normas legais vigentes.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reitero os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
Luiz Tadeu Leite  
Prefeito Municipal

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
30 / 09 / 09	
ASS: 	
Glória Solange Rosa Gerente Administrativa	

no 11:05h



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 127/2009 QUE “Dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo do Município de Montes Claros para o período 2009 a 2013” de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, tendo em vista que compete ao Executivo a iniciativa do Plano Plurianual.

O mesmo se diga em relação ao seu objetivo, ou seja, não se vê nenhuma ilegalidade no referido projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 07 de outubro de 2009.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

---

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 127/2009**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo do Município de Montes Claros para o Período de 2010 a 2013.**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas no dia 06/10/2009, com entrada na Sala das Comissões no dia 07/10/2009.

Compete a esta Comissão, nos termos do Art 156 da Lei Orgânica Municipal e do art. 69 Regimento Interno desta Casa manifestar sobre matéria financeira, tributária e orçamentária.

A Assessoria Jurídica da Câmara Municipal emitiu parecer de legal e constitucional.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo do Município de Montes Claros para o período de 2010 a 2013.

O Plano Plurianual de um município é o instrumento de planejamento estratégico de suas ações, contemplando um período de quatro anos. Por ser o documento de planejamento de médio prazo, dele se derivam as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis de Orçamento Anuais. Assim, o Plano Plurianual define as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Estas despesas serão planejadas através das ações que integrarão os Programas do PPA, à exceção do serviço da dívida (amortização e encargos) e de outros encargos especiais, bem como da reserva de contingência.

Os principais objetivos do PPA são: definir, com clareza, as metas e prioridades da administração bem como os resultados esperados; organizar, em Programas, as ações de que resultem oferta de bens ou serviços que atendam demandas da sociedade; estabelecer a necessária relação entre os Programas a serem desenvolvidos e a orientação estratégica de governo; nortear a alocação de recursos nos orçamentos anuais, compatível com as metas e recursos do Plano; facilitar o gerenciamento das ações do governo, atribuindo





## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

responsabilidade pelo monitoramento destas ações e pelos resultados obtidos; integrar ações desenvolvidas pelo Município; dar transparência à aplicação de recursos e aos resultados obtidos.

Com a finalidade de aprofundar os estudos sobre o PPA e o Orçamento, foi realizada na Câmara Municipal, no dia 11 de novembro de 2009, Audiência Pública, com a participação da equipe técnica responsável pela elaboração dos projetos e de diversos Secretários Municipais, os quais esclareceram dúvidas sobre os assuntos.

O que o Plano Plurianual do Município de Montes Claros assegura para o período de 2010 a 2013, em cumprimento ao disposto no art. 165 § 1º da Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, são as seguintes diretrizes básicas: dotar a administração pública municipal das condições necessárias à coordenação e ao gerenciamento do processo de desenvolvimento local; garantir uma educação de qualidade aos alunos da Educação Básica da rede pública Municipal de Ensino; garantir o direito ao acesso aos serviços básicos de saúde à população do município; promover a expansão da oferta de infra-estrutura e serviços urbanos básicos como suporte ao desenvolvimento das atividades econômicas e sociais; realizar ações estruturantes e de apoio aos serviços de desenvolvimento e assistência social do Município; garantir o direito ao acesso à moradia e promover a urbanização e a humanização de áreas especiais; incentivar e apoiar as práticas esportivas e de lazer do município; incentivar e apoiar programas e ações voltadas para a promoção da juventude; promover a educação ambiental e a conscientização quanto a importância e preservação do meio ambiente; fomentar e apoiar programas e ações voltados para o desenvolvimento da produção e distribuição dos produtos agropecuários; apoiar e promover as atividades artísticas e culturais.

Observa-se, portanto, que as diretrizes traçadas pelo Executivo Municipal priorizam o investimento em ações destinadas à reestruturação da administração pública, educação de qualidade, saúde, serviços urbanos básicos, assistência social, moradia, urbanização, esporte e lazer, promoção da juventude, educação ambiental, produção e distribuição de produtos agropecuários e apoio e promoção de atividades artísticas e culturais, porém, para alcançar os objetivos previstos no Plano Plurianual é necessário que haja compatibilidade entre a orientação estratégica do governo com as possibilidades



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

financeiras do Município, investimento na capacitação operacional dos diversos órgãos/entidades municipais, que o Plano esteja integrado com as Leis de Diretrizes Orçamentárias, as Leis Orçamentárias Anuais e com a execução do orçamento e ainda que o PPA seja monitorado e avaliado, revistos sempre que se fizer necessário.

Nessa trajetória, é imprescindível o acompanhamento dos resultados para que as intervenções realizadas sejam capazes de proporcionar a confirmação ou o realinhamento das ações, possibilitando desta forma, o aprimoramento das políticas públicas, na satisfação e bem estar da sociedade.

Nesses termos segue a conclusão:

### **III – CONCLUSÃO**

Considerando PPA instrumento indispensável para o planejamento de ações da Administração Pública, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do Município, esta Comissão é favorável á aprovação do referido Projeto de Lei pelo Plenário.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2009.

Presidente Ver. Rita Cristina de Souza Vieira: \_\_\_\_\_

Vice-Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá: \_\_\_\_\_

Relator: Ver. José Marcos Martins de Freitas: \_\_\_\_\_